

ACTAS DEL XIII CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE LITERATURA MEDIEVAL

(Valladolid, 15 a 19 de septiembre de 2009)

IN MEMORIAM
ALAN DEYERMOND

I

Editadas por
José Manuel Fradejas Rueda
Déborah Dietrick Smithbauer
Demetrio Martín Sanz
M^a Jesús Díez Garretas



VALLADOLID
2010

© Asociación Hispánica de Literatura Medieval, 2010

© Los autores, 2010

Reservados los todos derechos. Prohibida la reproducción parcial o total por cualquier medio, salvo para citas, sin permiso escrito de los propietarios del copyright

Publicado por el Ayuntamiento de Valladolid y la Universidad de Valladolid

Ni el Ayuntamiento de Valladolid, ni la Universidad de Valladolid (UVa) ni la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (AHLM) ni los editores son responsables de la permanencia, pertinencia o precisión de las URL externas o de terceras personas que se mencionan en esta publicación, ni garantizan que el contenido de tales sitios web es, o será, preciso o pertinente.

Edición realizada dentro del proyecto de investigación VA46A09 financiado por la Junta de Castilla y León.

Ilustración de la cubierta de María Varela

ISBN 978-84-693-8468-8

D.L. VA 951-2010

Impreso en España por
Valladolid Artes Gráficas

DO REX RANIMIRUS AO REI RAMIRO: A HERÁLDICA LITERÁRIA EM PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIII

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA
Universidade do Porto
SMELPS/IF/FCT

O panorama da produção literária em Portugal durante o séc. XIII é dominado pela actividade trovadoresca, o que facilmente se confirma pelo acervo de algumas centenas de textos, da autoria de dezenas de trovadores e jograis, que terão sido produzidos no Ocidente peninsular ao longo desse período¹. Este facto é em si inteiramente atribuível à supremacia da aristocracia senhorial no conjunto da sociedade do Ocidente ibérico já que a poesia trovadoresca é uma expressão emblemática da cultura deste grupo social².

Tal não significa, porém, que o investimento trovadoresco tenha sido constante ao longo desse século, nem que outros grupos sociais ou institucionais não tenham usado as fórmulas trovadorescas para fazer ouvir a sua voz³. Muito menos significa que construções textuais diferentes não se tenham insinuado, tanto em vulgar como em línguas cultas diversas, no espaço geográfico do reino de Portugal. Enquanto aguardamos que se efectue uma urgente revisão global do quadro da produção literária ocidental do período em questão, baste-nos por ora a ideia de que a corte régia portuguesa vai patrocinando, desde o séc. XII,

¹ Este facto é em si incontroverso mesmo tendo em conta a excepcional produtividade da corte castelhana de Afonso X, à qual se deve a autoria de uma parte muito significativa da poesia galego-portuguesa actualmente conhecida. O *corpus* trovadoresco galego-português está inteiramente editado em Brea, Mercedes (coord.), *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, 2 voll., Santiago de Compostela, CILL Ramón Piñeiro, 1996.

² Ver Miranda, José Carlos, *Aurs Mesclatz ab Argen*, Porto, Guarecer, 2004; Oliveira, António Resende, *O Trovador Galego-Português e o seu Mundo*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

³ Referimo-nos a jograis, clérigos, judeus e outras categorias sociais que todavia se mostram alinhadas com o fundamental da expressão aristocrática.

alguma actividade literária em latim, mas que essa actividade se interrompe pela década de 1220, se não mesmo antes, sem que dê lugar a qualquer produção panegírica, comemorativa, historiográfica ou outra em língua vulgar⁴. Muito menos trovadoresca, que nada permite associar directamente à corte régia portuguesa antes do tempo de D. Dinis⁵.

Todavia, algo parece mudar por volta de 1270. Embora não seja fácil, nestas matérias, indicar cronologias precisas, 1270 tem desde há muito sido o ano de referência adiantado para a confecção do *Livro Velho de Linhagens*⁶. Recentemente, o panorama literário português do séc. XIII viu-se enriquecido com o recuo para perto desses anos da redacção da *Primeira Crónica Portuguesa* proposto por Filipe Moreira⁷, ideia que parece colher já algum assentimento nos meios científicos portugueses⁸. Por muito que num e noutro caso se esteja perante obras de dimensão limitada e com particularidades de escrita que dificilmente fariam delas “best sellers” actuais, o surgimento de ambas torna todavia seguro que por essa época o monopólio trovadoresco na apropriação da língua vulgar estava terminado, e que essa reformulação do

⁴ Uma síntese sobre a produção literária em latim levada a cabo por meios próximos da corte portuguesa pode ler-se em Cintra, Luís Filipe de Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951, pp. CCCXCIII-CCCXCIV.

⁵ Cf. Oliveira, António Resende, *Trovadores e Xogrades. Contexto Histórico*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1995.

⁶ Sobre a datação desta obra, deduzida a partir da cronologia das mais recentes personagens aí mencionadas, ver Veiga, A. Botelho da Costa, “Os Nossos Nobiliários Medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)”, Separata dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, 1943, sucessivamente acolhida por Cintra, *Crónica Geral...*, I, p. CDXV; Catalán, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal*, Madrid, Gredos, 1962, p. 210; Catalán, Diego e Maria Soledad Andrés, *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1970, pp. XXXIV, e Fernandes, A. de Almeida, *Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro. A História de Lalim*, Lamego, Edição da Câmara Municipal, 1990, p. 319. Embora uma datação menos recuada tenha sido proposta por Mattoso, José / Piel, Joseph, *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, vol. I. *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1980, e posteriormente aceite por Krus, Luís, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 197-207, com fundamento em breves alusões a eventos ocorridos depois de 1285, Mattoso, José, “A transmissão textual dos livros de linhagens”, in *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, org. Isabel Hub Faria, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 565-584 veio a considerar que o livro teria tido duas fases de redacção, sendo de conservar para a primitiva a datação já anteriormente proposta.

⁷ Moreira, Filipe, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008.

⁸ Cf. Mattoso, José, “A Primeira Crónica Portuguesa”, *Medievalista on line*, 6 (2009) <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-mattoso.htm>

panorama literário português havia acontecido no contexto da emergência de um conjunto de temas novos e polémicos que iriam revelar sérias fracturas nos meios sociais portugueses que mais activamente manejavam as armas da escrita⁹.

Com efeito, a composição trovadoresca, não se furtando a abordar o campo da acção política, havia-o feito, até então, privilegiando o plano das relações vassálicas e explorando temas como o contrato, a quebra da fidelidade, o serviço ou a aptidão cavaleiresca, entendidos essencialmente numa perspectiva de acção individual¹⁰. Além disso, adoptara para esse propósito um discurso personalizado e identificado, fundamental para credibilizar o louvor ou o mal dizer em que a linguagem trovadoresca maioritariamente se reparte. Agora, tanto o *Livro Velho de Linhagens* como a *Primeira Crónica Portuguesa* se colocavam noutra equação, convocando para o primeiro plano a questão do território e a problemática do poder sobre a terra e a legitimidade do exercício desse poder.

Embora as relações entre ambos os textos, só recentemente postos em confronto directo, comportem aspectos que a seu tempo virão a ganhar a devida centralidade, os enredos que ambos transmitem estão longe de ser desconhecidos. Do lado da *Primeira Crónica Portuguesa* presenciamos uma movimentada acção, em grande medida lendária, tecida em torno de D. Afonso Henriques, numa narrativa que se prolonga até à deposição de D. Sancho II e à ocupação do trono português por Afonso III, o rei que irá levar a justiça ao reino¹¹; do lado do *Livro Velho de Linhagens* o leitor é confrontado com uma complexa tessitura genealógica, onde avulta uma narrativa muito conhecida que serve de relato fundacional da linhagem dos senhores da Maia, aos quais é atribuída a maior antiguidade e, em conjunto com os Sousões, a mais encomiástica representação da aristocracia portuguesa. Por sua vez, esta é considerada a única responsável pela fundação do reino de Portugal. Ao

⁹ Cf Mattoso, José, “O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política”; in *Naquele Tempo. Ensaios de história medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009, pp. 515-546; Miranda, José Carlos, “Na Génese da Primeira Crónica Portuguesa”, *Medievalista on line*, 6 (2009) <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-mattoso.htm>.

¹⁰ O conjunto de composições elaboradas por ocasião da deposição de D. Sancho II é ilustrativo do que dizemos, coroando um trajecto que tem como acto fundacional conhecido a demolidora invectiva de Joan Soares de Paiva contra Sancho VII de Navarra, remontando ainda ao séc. XII. Cf. Santos, Herlânder, *D. Sancho II. Da deposição à composição das fontes literárias do séc. XIII e XIV*, Porto, FULP (dissertação policopiada), 2009, pp. 25-69; Oliveira, *O Trovador...*, pp. 35 e seg.; Miranda, *Aurs Mesclatz...*, pp. 13-78.

¹¹ Cf. Moreira, *Afonso Henriques...*, pp. 25-66.

contrário da *Primeira Crónica Portuguesa*, que se apoia em personagens históricas certamente de todos conhecidas, na *Lenda de Gaia* o papel central é desempenhado por um tal “senhor Dom Ramiro”, mais adiante “rei Ramiro”¹², cuja identificação seria necessariamente mais problemática até porque se situava numa cronologia bem mais recuada e incerta.

O REI RAMIRO PARA ALÉM DA LENDA DE GAIA

Se a compreensível tendência para atribuir credibilidade histórica aos relatos que emergem em obras de natureza historiográfica, como inegavelmente o são os livros de linhagens, leva a procurar explicar a emergência deste Ramiro literário presente no *Livro Velho* através da permanência de uma memória que remontaria às campanhas de Ramiro II de Leão levadas a cabo em território português nos inícios do séc. X¹³, não é menos certo que uma observação minuciosa do texto que chegou até nós aponta facilmente noutra sentido, aspecto que procuraremos desenvolver nas páginas que se seguem.

Porém, antes de avançar nessa via será necessário anotar, primeiramente, que as memórias não-escritas são inconsistentes do ponto de vista factual. Cronologias, identificações de locais ou de pessoas e acções concretas estão sujeitas às mais variadas interferências, quando não à pura perda, até mesmo quando possuem uma organização formal em texto versificado, como tem sido suficientemente demonstrado¹⁴. Por outro lado, quando se trata de recuperar essas memórias para a escrita, é inevitável que os ingredientes do relato em falta sejam supridos com o recurso a narrativas conhecidas e prestigiadas, sobretudo provenientes de espólios que facilitam um reconhecimento seguro por parte dos meios receptores do texto. As “estórias” da literatura antiga; o fundo do conto sapiencial ou anedótico oriental, conhecido na Europa através de Bizâncio ou da intermediação árabe; e, acima de tudo, a Bíblia e os seus desenvolvimentos apócrifos constituem os grandes mananciais donde são originários motivos ou

¹² Cf. Mattoso/Piel, *PMH... Livros Velhos...*, pp. 23 e 47-50. Sobre a problemática textual da obra, ver as nossas considerações adiante.

¹³ Assim pensávamos em Miranda, José Carlos Ribeiro, “A “Lenda de Gaia” dos Livros de Linhagens: uma Questão de Literatura?”, *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, II série, vol. V, t. II, Porto, 1988, pp. 483/515. Sobre este tema, ver Rodriguez Fernandez, Justiniano, *Ramiro II rey de León*, Burgos, Editorial la Olmeda, 1998.

¹⁴ Como exemplo de referência veja-se o conjunto de desvios históricos contidos no *Poema de Mio Cid*, anotados por Catalán, Diego, *El Cid en la historia y sus inventores*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2002, aspecto tanto mais relevante quanto se trata de um texto poético que se situará numa cronologia não excessivamente longínqua dos acontecimentos evocados.

narrativas cuja adaptação serviu para dar forma ao passado que se pretendia evocar.

Mais do que presentificar uma realidade de outros tempos, para todos os efeitos dificilmente alcançável, a reutilização e adaptação destas estórias prestigiadas cumpre com eficácia a função de representar o passado que a narrativa historiográfica, qualquer que esta seja, é chamada a desempenhar no período em que nos situamos¹⁵.

Ou seja, no caso vertente, sem excluir que tenha existido uma qualquer memória histórica de um rei Ramiro em Portugal, para entender o que encontramos escrito no *Livro Velho* é necessário relegar essa possibilidade para segundo plano¹⁶, e abrir caminho a outro tipo de abordagem, tendo como ponto de partida o que o texto diz realmente e como poderá ter sido entendido pelo receptor coevo. Esse inquérito passa inevitavelmente pela identificação de outras iniciativas de escrita, outras obras, que tratem matéria afim e possam ter constituído fonte para a redacção do *Livro Velho*, qualquer que tenha sido a dimensão do seu uso. Tal procedimento foi já posto em prática por vários estudiosos ao longo dos tempos com notável sucesso, permitindo confirmar que a emblemática narrativa que este livro comporta, a chamada *Lenda de Gaia*, não mais é do que uma versão particular de um conto cuja personagem central era o rei Salomão¹⁷. É necessário agora prosseguir o inquérito e interrogar o texto do *Livro Velho* no sentido de delimitar o seu enquadramento historiográfico e apurar em que medida contém elementos que permitam entender por que razão foi escolhido um rei Ramiro para protagonizar aquela narrativa e para encabeçar a linhagem que nela encontra a sua fundação:

[...] A 3ª geraçom foram os da Maya que forom os mais nobres e os mais filhos de algo destaa Espanha em como eles vierom dereitamente do senhor dom Ramiro e em como eles consograrom com os bragançons e em como eles vierom dereitamente do mui nobre e alto linhagem del Conde Dom Monio de Biscaya e de em como consograrom com os condes de

¹⁵ Sobre a construção das memórias da aristocracia guerreira, ver Ruiz Doménech, José Enrique, *La memoria de los feudales*, Barcelona, Argot, 1984.

¹⁶ Poderemos ainda apontar que, caso tivesse existido uma ligação da casa da Maia a um qualquer “rei Ramiro”, os muito antigos anais portugueses redigidos em Santo Tirso dificilmente a omitiriam. Sobre estas fontes analísticas, ver Krus, Luís, *Lição de Síntese para Provas de Agregação*, Lisboa, UNL (texto policopiado), 1998.

¹⁷ Ramos, Maria Ana, “Hestorja dell Rej dom Ramjro de lleom... Nova versão de *A Lenda de Gaia*”, *Critica del testo*, VII, 2, 2004, pp. 791-843, deu a conhecer uma nova redacção da *Lenda de Gaia* recentemente encontrada num manuscrito historiográfico português do séc. XVI, que veio assim juntar-se às versões do *Livro Velho de Linhagens* e do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Nesse estudo pode ainda encontrar-se uma extensa apreciação da já importante bibliografia suscitada por estas narrativas.

Trava e em como casarom as netas com os Sousãos e em como casarom as netas com os netos de dom Munio lo Gasco (...)¹⁸

Na realidade, ao contrário do que virá a suceder no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* ou na versão da *Lenda de Gaia* recentemente revelada por Maria Ana Ramos, textos mais tardios que recriarão a seu modo a personagem do “rei Ramiro”, no *Livro Velho* não é dito em lado nenhum tratar-se de “Ramiro de Leão”. Como observámos, no prólogo desta obra ele é designado por “senhor dom Ramiro” e no princípio da sua versão da *Lenda de Gaia* por “rei dom Ramiro”. Quando a acção desta narrativa tem início, o rei Ramiro encontra-se nas Astúrias, em Mier (actual Mieres). No final do relato, quando reúne a sua corte e faz baptizar a moura de quem virá a ter o filho Alboazar, é ainda em Mier que se encontra¹⁹. Em nenhum momento o podemos relacionar com a cidade de Leão e com o reino que dela tirará o nome, que não tinham visto ainda a existência. Com efeito, terminada a vida deste rei com o sacramental “requiescat in pace”, o texto apressa-se a dar breves mas importantes indicações sobre o seu filho Ordonho, cujo conteúdo é o seguinte:

Reinou depos el seu filho dom Ordonho em seu logo. Pobrou a vila de Leom. E veio conquerer a Portugal que era de Mouros. E deu a Santiago, porem que o ajudasse, o couto de Mouquim e de Cornelham.

Se a “vila de Leom” não estava ainda “poborada”, dificilmente o rei Ramiro poderia ser rei de Leão, o que arreda a possibilidade de o texto estar a referir-se a Ramiro II. Na realidade, nas breves e lacónicas informações que transmite, o texto permite identificar o rei em questão com Ramiro I, aquele cujo filho, Ordonho I, a historiografia hispânica indica que terá sido o “povoador” de Leão. Adiante se verá qual a fonte provável para estas informações.

RAMIRO I E A HISTORIOGRAFIA HISPÂNICA

Mas quem é Ramiro I e que sentido fará a sua convocação para o enredo da *Lenda de Gaia*, que é o mesmo que dizer para cabeça da linha directa donde surgirão os senhores da Maia? A ponderação destas questões obriga-nos a

¹⁸ Transcrevemos esta parte do texto de acordo com a lição do Ms 666 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, fol. 170r, que representa um estádio linguisticamente mais antigo do que o fixado pela edição de D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Officina Siliviana da Academia Real, 1739 (reimp. Coimbra, Atlântida, 1946), pp. 247-267, do qual decorrem todas as edições realizadas posteriormente. Em local próprio reuniremos um conjunto mais detalhado de observações que nos parecem pertinentes sobre a transmissão textual do mais antigo dos livros genealógicos portugueses.

¹⁹ Cf. Mattoso/Piel, “Livros Velhos...”, pp. 47 e 50.

convocar a tradição historiográfica peninsular, para a qual a matéria do *Livro Velho de Linhagens* remete em pontos precisos e limitados, mas não negligenciáveis. Ramiro I das Astúrias, região onde, lembramos de novo, na *Lenda de Gaia* esta personagem começa por se encontrar, é uma figura régia a quem, numa primeira fase da tradição historiográfica, não se podem assacar grandes e heróicos feitos. Filho de Bermudo I, descendente do hipotético Pedro da Cantábria²⁰, teve de defrontar o seu primo Nepociano que lhe disputou o trono quando se encontrava na “Bardúlia”. A breve narrativa do seu reinado dá conta da instabilidade interna que se vivia no reino asturiano por essa época, a que conseguiu fazer frente com sucesso, embora tenha reinado apenas sete anos até à altura em que o seu filho Ordonho veio a tomar conta dos acontecimentos. Tem passado de algum modo despercebido o facto de ser a partir da sua pessoa que a sucessão da realeza asturiana e depois leonesa se realiza por um processo de linearidade masculina ao contrário do que acontecera até então²¹.

Esta é, em traço gerais, a biografia de Ramiro I transmitida tanto pela *Crónica Albeldense* como pelas redacções conhecidas da *Crónica de Afonso III* que a cronística do séc. XII pouco irá alterar. Todavia, por volta de 1190, na sede compostelana, o bispo Pedro Marcio (Petrus Martius) forja um documento no qual Ramiro I narra em nome pessoal uma batalha travada contra o exército mouro, a batalha de Clavijo, da qual teria saído vencedor mercê da intervenção directa do apóstolo Santiago²². O mais fundo e permanente mito da legitimação divina do poder que a Hispânia virá a conhecer até aos nossos dias terá aqui o seu ponto de partida²³.

Embora se tratasse de um documento destinado a persuadir juridicamente e a ter consequências legais de natureza fiscal, já que propunha o pagamento de um montante anual — os votos a Santiago — como tributo pela vitória então obtida, da qual toda a cristandade peninsular havia beneficiado, interessa-nos considerar apenas alguns aspectos da sua difusão directamente pertinentes para o assunto que nos ocupa. E essa difusão, tanto quanto nos apercebemos, foi rápida e generalizada por toda a Península.

²⁰ Cf. Barbero de Aguilera, A. et M. Vigil Pascual, *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, Barcelona, Crítica, 1978, pp. 304-305.

²¹ Cf. Berbero/Vigil, *La formación...*, p. 325.

²² Cf. Falque, Emma, “El llamado *Privilegio de los votos*, fuente del *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy, *Habis*, 33 (2002), pp. 573-577.

²³ Na realidade, o primeiro beneficiário da intervenção legitimadora do Apóstolo foi Fernando Magno no relato da conquista de Coimbra contido na *Crónica Silense* e no *Codex Calixtinus*. Mas é apenas com Clavijo que Santiago assume a dimensão de uma figura guerreira. Cf. Falque, “El llamado *Privilegio...*”, p. 577.

Há que ter em conta, porém, que a imagem de Santiago vestido como um cavaleiro branco, intervindo em plena batalha contra os mouros, muito ao sabor de uma sensibilidade cruzadística fortemente difundida nos finais do séc. XII, estava inevitavelmente ligada à dinastia astur-leonesa e ao rei Ramiro I, que o *Privilegio de los votos* considerava, ao arripio das informações veiculadas pela historiografia da altura, ser já rei em Leão à época dos acontecimentos. Por isso, a partir do momento em que se perfila no horizonte a união das coroas leonesa e castelhana, que a História virá a tornar definitiva, assiste-se no centro da Península ao surgimento de manifestações de algum modo reactivas perante a forma original dos votos a Santiago, particularmente notórias em alguns textos literários castelhanos de grande importância.

Por volta de 1230²⁴, Gonzalo de Berceo coroa o relato dos milagres de S. Millán com uma intervenção de Santiago numa importante batalha travada entre cristãos e mouros. Pelo rigoroso cuidado na datação do evento — Era 972, AD 934 — tão insólito num texto poético para o qual se adivinha uma audiência bem superior ao do texto historiográfico ou analítico, em latim ou em vulgar, estará provavelmente a referir-se à histórica batalha de Simancas²⁵:

363. De seicientos e doize corrie entonz la era
Quand murió Sant Miilan, esto es cosa vera:
Mas aun vent'e ocho, menos de los mil era
Quando ganó el precio, rico de grand manera.

364. Secund esta notiçia que avemos contado,
trecientos e sessienta annos avie pasado
Que Sant Millan muriera, e qe fue soterrado²⁶

O poeta, conhecedor dessas mesmas fontes historiográficas, vinca bem a qualidade dos participantes: o rei Ramiro de Leão, que começa por sofrer os primeiros ataques de AbdelRahaman, e seguidamente Fernan González, o Conde de Castela, que se vem juntar ao rei leonês. Nem mesmo o rei Sancho de

²⁴ Cf. Dutton, Brian, *La "Vida de San Millán de la Cogolla" de Gonzalo de Berceo*, London, Tamesis Books Limited, 1967.

²⁵ Na realidade, as fontes historiográficas dos séculos XII e XIII que retomam o texto de Sampiro não são totalmente explícitas quanto à participação de Fernán González na batalha de Simancas, tornando essa participação mais provável na anterior batalha de Osma. Todavia, os *Annales Legionenses*, ou *Anales Castellanos I* (cf. Bautista, Francisco, "Breve historiografía: Listas regias y Anales en la Península Ibérica. Siglos VII a XII", *Talla dixit*, 4 (2009), pp. 113-190), comprovam essa presença, embora adiantem uma data para o confronto (977) que se afasta em vários anos daquela que é indicada pelo poeta (934), aproximando-se daquela que é transmitida pelas crónicas, nomeadamente pela *Crónica Najerense* (971).

²⁶ *Vida de San Millán de la Cogolla*, Edición y comentario de Brian Dutton, Madrid, Espasa Calpe, 1992, p. 140.

Pamplona é omitido, embora não lhe seja atribuído qualquer papel de relevo²⁷. É então que o poeta introduz no relato uma importante inovação que será de sua autoria, já que não são conhecidas fontes em que se tenha fundamentado, que consiste em fazer de Ramiro II o proponente de um voto a Santiago como pagamento da ajuda que pretende obter do Apóstolo no campo de batalha:

420. El rei don Remiro de la buena ventura
Asmó un buen conseio de pro e de cordura,
Pagar a Santiago por alguna mesura,
Tornarlo de sue part en esta lit tan dura.

421. Fabló con sos varones, e con los ordenados,
Con bispos e abbades que y eran iuntados:
Oidme, dixo, todos legos, e coronados:
Annos dado mal salto nuestros graves peccados.

422. Pero en una cosa era yo acordado,
Si a vos semejasse consejo aguisado,
Prometer el apostolo un voto mesurado,
Al que yaz en Gallizia en Espanna primado.

423. Si a todas plogiesse, yo esto comedia,
De darli cada casa tres meaias valía,
Por siempre e cadanno en destajado día:
Si nos esto fiziessemos veriemos alegría.

424. Podriemos adebdarlo pora todas sazones,
Siempre nos serie presto en las tribulaciones,
Dios nos darie consejo por las sus oraçones,
Guardarien lo al todo estos tres pipiones.

425. Tovieron leoneses qe dizie aguisado,
Tovieron bien qe era buen consejo probado,
De legos e de clerigos fue luego otorgado,
Con buenos privilegios fue luego confirmado²⁸.

Seguidamente, o caudilho castelhano, sabendo da iniciativa dos leoneses, irá proceder do mesmo modo, prometendo também o pagamento de um voto,

²⁷ A presença do rei navarro em Simancas remonta ao “Privilegio a S. Millán”, documento apócrifo escrito no mosteiro de San Millán de la Cogola cerca de 1220 (cf. Dutton, *La Vida...*, pp. 1-9) no qual Berceo extensamente se fundamenta, nomeadamente para a questão do voto de Fernán González mencionado adiante. Esse documento, por sua vez, deverá ter tido como fonte os anais castelhanos atrás mencionados.

²⁸ *Vida de San Millán*, p. 243.

mas desta vez a S. Millán, no que será prontamente apoiado por aqueles que comanda:

426. El cuend Ferran Gonzalvez con todos sos fonsados
 Vinien a la batalla todos bien aguisados,
 Odieron estas nuevas, estos pleitos parados,
 Tovieron que fiçieron commo bien acordados.

427. Fizieron so conseio todos los castellanos
 Con so sennor el cuende unas donosas manos:
 Oidme, dixo el cuende, amigos e ermanos:
 Fizieron leoneses commo bonos christianos.

428. Prisieron buen conseio los membrados varones,
 Dexaron buen exiemplo a sus generaçiones,
 Non trobarian en siglo tan ricas guarnizones,
 Contat que son vençidos sin falla dos tazmones.

429. Pero abrir vos quiero todo mi corazon:
 Querría que fiçiessemos otra promission:
 Mandar a Sant Millan nos atal furçion,
 Qual manda al apostol el rey de Leon²⁹.

Para que não haja dúvidas de que se trata de uma reformulação da narrativa de Clavijo, Berceo aduz como motivo próximo da contenda a recusa da entrega das sessenta donzelas, tributo que até então os cristãos pagariam anualmente aos mouros³⁰.

369. El rey Abderraman sennor de los paganos,
 Un mortal enemigo de todos los christianos,
 Avie pavor echado por cuestas e por planos,
 Non avien nul conseio por exir de sus manos.

370. Mandó a los christianos el que mal siglo prenda,
 Que li diessen cada anno LX. duennas en renda,
 Las medias de lignaie, las medias chus sorrenda:
 Mal siglo aya preste que prende tal ofrenda!

371. Yaçie toda Espanna en esta servidumne;
 Daba esti tributo cadanno por costumne³¹

Durante a batalha, tanto Santiago como S. Millán surgem sob a forma de cavaleiros brancos de ameaçadoras espadas na mão. Conquanto não intervindo

²⁹ *Vida de San Millán*, pp. 233-235.

³⁰ Conquanto haja discrepâncias entre o número de donzelas em questão, a possibilidade de que os votos a San Millán, na formulação de Berceo, não dependa (mesmo que indirectamente...) do *Privilegio de los Votos* galego deve ser considerada muito remota...

³¹ *Vida de San Millán*, pp. 219-221.

directamente nos confrontos, conferem às hostes cristãs um ânimo tal que facilmente leva a decidir os acontecimentos em seu favor:

436. Ouando estaban en campo los reys, azes paradas,
 Mezclaban las feridas, las lanzas abaxadas,
 Temiense los christianos de las otras mesnadas,
 Ca eran ellos pocos, e ellas muy granadas.

437. Mientras en esta dubda sedien las buenas yentes,
 Asuso contral çielo fueron parando mientes:
 Vieron dues personas fermosas e luçientes,
 Mucho eran mas blancas que las nieves recientes.

438. Vinien en dos caballos plus blancos que cristal,
 Armas quales non vio nunca omne mortal:
 El uno tenie croza, mitra pontifical,
 El otro una cruz, omne non vio tal.

439. Avien caras angelicas, çelestial figura,
 Desçendien por el aer a una grant pressura,
 Catando a los moros con turva catadura,
 Espadas sobre mano, un signo de pavura³².

Para o tema que nos ocupa é de registar que a batalha de Clavijo se desloca subtilmente de um excessivamente antigo Ramiro I para um mais familiar Ramiro II. Desse modo, a lendária batalha de Clavijo tende a perder individualidade e valor simbólico, já que se vê confundida com uma renovada e inovadora versão da histórica batalha de Simancas. Como só Ramiro II e Simancas possibilitavam a colaboração estreita de leoneses e castelhanos numa vitória militar de grande vulto sobre os mouros, a opção do poeta parece plenamente justificada na obediência a propósitos que visam tornar rigorosamente paritária a presença de Castela junto a Leão nesse comum passado de reconquista da terra ao muçulmano.

Independentemente de outras considerações sobre os seus propósitos e sobre as suas estratégias de escrita, este texto do poeta da Rioja marca o primeiro passo numa apropriação castelhana do mito de Santiago guerreiro, retirando-o ao exclusivismo leonês que havia estado na sua origem, conquanto a admissão dessa origem ainda permaneça bem clara na manutenção da figura do rei Ramiro, mesmo que seja agora o segundo e não o primeiro deste nome.

Alguns anos mais adiante, durante a década de 1250, ainda em meios castelhanos, provavelmente ligados ao Mosteiro de Arlanza e conhecedores das técnicas poéticas “de clerecia”, redige-se o *Poema de Fernán González*,

³² *Vida de San Millán*, p. 237.

narrativa heróica cuja parte central é composta de uma biografia do herói castelhano assente essencialmente nas duras refregas que teve de travar contra a “premia” que lhe era imposta pelos vários vizinhos. Este trajecto virá a culminar numa decisiva batalha entre cristãos e mouros, longamente narrada nos seus antecedentes e no acontecimento em si. Sendo o momento mais alto do percurso guerreiro de Fernán González, seríamos levados a pensar que se trataria de novo da batalha de Simancas, aquela que a tradição historiográfica castelhana, sobretudo analística, apresentava como a grande vitória em que o chefe militar castelhano estivera envolvido. Mas não. O redactor do poema não só não tem o mesmo respeito de princípio pelas informações veiculadas por essas fontes demonstrado por Berceo, como segue uma outra estratégia bem diversa no tocante à representação da história peninsular e das forças que nela intervieram, de acordo naturalmente com um posicionamento político e ideológico bem vincado e fundamentalmente diferente do seu antecessor.

À ponderada escrita de Gonzalo de Berceo, que procura equilibrar nos mais pequenos detalhes a participação histórica de leoneses e castelhanos na disputa da terra ao mouro, sucede-se agora uma atitude frontalmente hostil aos leoneses que, só por si, invalidaria que fosse retomada a narrativa de Simancas nos mesmos termos em que o poeta da Rioja a descrevera. A utilização do *Liber Regum*³³ como introdução do *Poema*, com a sua alegação de descontinuidade dinástica leonesa, aliada a uma reclamação da primazia castelhana na representação da herança gótica, fazendo de Castela a legítima continuadora da reconquista cristã, tornavam inviável que o trajecto guerreiro de Fernán González culminasse numa batalha em que combatesse ao lado de um rei leonês. E assim Simancas foi substituída por Hacinas, e o mouro adquiriu a face bem mais maléfica e terrível de um mítico, mas irremediavelmente anacrónico, Almansor³⁴.

Um herói lutando num combate desigual, tendo apenas o apoio dos seus “caveros” e “peones”, dependerá ainda mais do que antes do apoio das forças invisíveis geridas pelos intermediários entre as coisas terrenas e as humanas. O eremita Pelayo lá estará para cumprir inteiramente essa função, convocando as

³³ Sobre o *Liber Regum*, ver Catalán/Soledad Andrès, *Edición...1344...*, pp. LIII e seg.; Martin, Georges, *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*, Paris, Klincksieck, 1992, pp. 27-37.

³⁴ Embora o PFG se fundamente num texto épico prévio, o relato da batalha de Hacinas terá sido concebido pelo escritor “de clerecia”, segundo Catalán, Diego, *La épica española: Nueva documentación y nueva evaluación*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2000, pp. 98 e seg.; ver ainda Keller, J.P., “The structure of the Poema de Fernan Gonzalez”, *Hispanic Review*, XXV (1957), pp. 235-246.

potências angélicas para que prontamente surjam no ponto mais perigoso da luta, trazendo consigo um autêntico exército celeste. A voz de S. Millán também se fará ouvir. Porém, a sua intervenção limitar-se-á ao reforço das palavras premonitórias do eremita Pelayo, não repetindo a dupla dioscúrica³⁵ que fora ensaiada por Gonzalo de Berceo. Assim, no momento decisivo, somente o apóstolo Santiago surgirá em cena em auxílio de um único chefe guerreiro, como em tempos afinal não muito longínquos sucedera com Ramiro I:

556
Querellando se a Dios el conde don Fernando,
los finojos fincados, al Criador rogando,
oyo una grande voz que le estava llamando:
“Fernando de Castiella, oy te creçe grand bando.”

557
Alço suso los ojos por ver quien lo llamava,
vio *al Santo apostol* *que de suso le estava:*
de caveros con el *grand conpañã llevava,*
todos armas cruzados, *commo a el semejava.*

558
Fueron contra los moros, las *sus* fazes paradas,
-¡nunca vio omne *nado* gentes tan esforçadas!–;
el moro Almançor, con todas sus mesnadas,
con ellos fueron luego fuerte miente enbargadas.

559
Veien d’una señal tantos pueblos armados,
ovieron muy grand miedo, fueron mal espantados;
de qual parte venian eran maravillados;
lo que mas les pesava: eran todos cruzados³⁶.

Também os votos irão desaparecer. Apesar do esforço anterior no sentido de afirmar um “voto a S. Millán”, apoiado em documentos latinos forjados para esse propósito, o carácter institucional do “voto” estava demasiado ligado à supremacia compostelana para poder ser aceite por um texto tão radicalmente ligado aos poderes que se identificavam com Castela e com a sua memória histórica³⁷.

³⁵ Castro, Americo, *España en su historia. Cristianos, moros y judios*, Barcelona, Grojalbo Mondadori, 1983 (1ª ed. 1948), pp. 110 e seg..

³⁶ *Poema de Fernan Gonzalez*, ed. Juan Victório, Madrid, Cátedra, 1981, p. 145.

³⁷ Embora não directamente ligada a Hacinas, o poema mantém também, sua parte inicial (PFG, est. 104, p. 66), uma referência ao tributo das donzelas, de novo em número de cem tal como no *Privilegio de los Votos* e no *Tudense*.

Assim, contida a esboçada concorrência de outros agentes da legitimação divina, vocacionados para empresas de dimensão mais local, o apóstolo Santiago vê confirmado o seu estatuto de principal apoiante da vanguarda de recuperação da terra aos muçulmanos, verdadeiro patrono da empresa guerreira hispânica comandada por Castela. Por isso, a associação do Apóstolo guerreiro à tradição leonesa é definitivamente rasurada e omitida, e tal propósito é visível, entre outros, na extinção da memória de um qualquer “rei Ramiro” lutando ao lado do conde Fernán González.

Independentemente de saber que conjugação de agentes sociais se exprime por trás dos nossos poetas “de clerecia”, tão determinados em produzir, na passagem da primeira para a segunda metade do séc. XIII, imagens bem precisas do passado colectivo hispânico, a evolução destes temas historiográficos irá ser diferente na escrita ligada à corte régia castelhana-leonesa durante o mesmo período. Na realidade, quando o texto do *Privilegio de los Votos* é redigido, tanto Leão como Castela possuíam uma instituição monárquica própria. Contudo, os ecos que este texto virá a provocar só se tornarão audíveis na escrita historiográfica num período em que ambas as monarquias estarão de novo reunidas. Ora, num contexto em que as tradições específicas de ambos os reinos deveriam ser respeitadas como condição para a existência de equilíbrio interno no seio da monarquia reunificada, Clavijo, Ramiro I e os votos a Santiago irão passar a figurar por inteiro na primeira das crónicas latinas que abarca estas matérias, o *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy, redigido cerca de 1236³⁸. Meia dúzia de anos mais tarde, na sua *Historia de Rebus Hispaniae*, o Toledano procederá do mesmo modo³⁹. Em nenhum se manifesta qualquer conhecimento das novidades trazidas por Berceo. Por isso em ambos se relata também, sem confusões históricas, a batalha de Simancas em que não é explícito que Fernán Gonzalez tenha apoiado Ramiro II na derrota de AbdelRahman⁴⁰.

Na década de 1270 tem lugar a empresa alfonsina da redacção da *Estória de España*. Esta obra virá a reproduzir o esquema historiográfico inaugurado por Lucas de Tuy e retomado pelo Arcebispo de Toledo, sendo, por isso,

³⁸ Cf. *Lucae Tudensis, Chronicon Mundi*, cura et studio Emma Falque, Turnhout, Brepols, 2003, pp. 238-239. De notar que a convocação de Santiago para o campo da acção política e militar tem no Tudense uma outra iniciativa, desta vez associando a sua aparição às campanhas de Afonso IX, o pai de Fernando III, contra os muçulmanos. Cf. *Chronicon Mundi*, p. 337.

³⁹ *Roderici de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, cura et studio Juan Fernández Valverde, Tournhout, Brepols, 1987, p. 133. Note-se, porém, que é omitida a referência ao tributo das donzelas.

⁴⁰ *Chronicon Mundi*, p. 259; *De Rebus Hispaniae*, p. 154.

retomada a narrativa de Clavijo protagonizada por Ramiro I, assim como a de Simancas onde Ramiro II vence os mouros nos termos já atrás descritos. Mas ao mesmo tempo são também acolhidas narrativas de proveniências diversas, nomeadamente de carácter heróico, afectas ou não ao “mester de clerecia”, centradas na maioria dos casos no território castelhano. Entre elas, adquire grande importância uma narrativa idêntica à que se lê no *Poema de Fernán González*, onde Hacinas ocupa um relevo tal que ofusca, com a sua imponência, os relatos das batalhas ocorridas em momentos anteriores, de dimensões reduzidas, quase minúsculas⁴¹.

Embora não haja um apagamento histórico do papel de qualquer um dos Ramiros leoneses, Santiago guerreiro passará a estar preferencialmente associado a Fernán Gonzalez numa empresa que se revela marcadamente castelhana. Definitivamente secundarizados pela organização da narrativa, os reis Ramiros esfumam-se numa memória longínqua que, por essas bandas, mesmo não negando a herança do reino de Leão, ninguém parece ter interesse em reclamar e avivar.

RAMIRO I NA LITERATURA ARISTOCRÁTICA DO OCIDENTE IBÉRICO (1270-1312)

O mesmo não se passa, porém, no espaço geográfico, social e cultural do Ocidente ibérico. A julgar pelo que se lê no *Livro Velho de Linhagens*, não só Ramiro é personagem central e de referência, ponto de partida da linha direita que vai originar os fidalgos da Maia, como fica explícito que o seu filho Ordonho pagará um vultuoso tributo a Santiago pela ajuda na campanha militar de conquista de terra em Portugal, o que significa que o texto dá testemunho de

⁴¹ A “versão concisa” da *Estória de Espanha* relata a batalha de Clavijo travada por Ramiro I, nela incluindo a referência ao tributo das donzelas (ms. Escorial X-I-7, foll. 214r/v). Dá ainda conta do recontro de Osma no tempo de Ramiro II (fol. 221v) e, mais adiante, alude à batalha de Simancas (fol. 231v), onde Fernán González não está presente. O mesmo esquema é seguido pela versão concluída no tempo de Sancho IV (cf. *Primera Crónica General de España*, publicada por Ramón Menéndez Pidal, vol. 2, Madrid, Editorial Gredos, 1955, pp. 359-360, 391 e 395-396, respectivamente). A “versão crítica” da *Estória de Espanha* mantém a narrativa de Clavijo herdada do Tudense (Fernández-Ordóñez, Inés, *Versión crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1993, pp. 498-499). Todavia, estruturada de um modo diferente, não acolhendo neste ponto as primeiras batalhas de Fernán González (Caraço-Lara) provenientes do poema, esta versão da E.E. dá uma relato de Osma-Simancas que se aproxima novamente das fontes latinas (cf. *Crónica de Veinte Reyes*, coord. Cesar Hernandez Alonso, Vitória, Ayuntamiento de Burgos, 1991, pp. 83-84).

que os votos a Santiago estavam já instituídos pelo pai de Ordonho, exactamente Ramiro I, como se pode verificar no excerto atrás transcrito.

Além disso, o *Livro Velho de Linhagens* não é o único texto galego-português que menciona explicitamente Ramiro I. Alguns anos após a redacção do primeiro livro genealógico português, é realizada em meios ocidentais uma tradução da *Crónica de Castilla*, a mais nobiliárquica das crónicas redigidas a partir dos materiais reunidos no *scriptorium* alfonsino. A essa vetusta tradução é acrescentada uma introdução que visa sumariar a história dos reis asturianos e depois dos Condes de Castela que antecedem Fernando Magno⁴². O esquema utilizado neste breve texto é, tal como sucedia no *Poema de Fernán González*, o transmitido pelo *Liber Regum* que, como é sabido, dá a dinastia asturiana como extinta com Afonso II, o Casto, omitindo toda a dinastia ovetense e leonesa posterior. Mas A2a (Introdução à *Crónica de Castela*) não se limita a reproduzir linearmente o já de si lacunar esquema da sua fonte. Na realidade, inclui antes de Afonso, o Casto, tanto o Ramiro de Clavijo como o seu filho Ordonho, exactamente as mesmas personagens em torno das quais o *Livro Velho* fizera articular o enredo da *Lenda de Gaia*.

Pelayo
Fafila
Afonso
Froya
Ramiro
Ordonho
Afonso, o Casto⁴³

Também aqui não há lugar a equívocos quanto à definição histórica das personagens. A batalha de Clavijo é breve, mas consistentemente, sumariada e com ela explicada a recusa do pagamento do tributo das cem donzelas que era exigido pelo mouro aos reinos cristãos. Além disso, há o povoamento da cidade de Leão que é agora atribuído ao próprio Ramiro I, em obediência ao que estava escrito no texto do *Privilegio de los Votos*.

⁴² Os textos que introduzem (A2a) e concluem (A2c) a versão galego-portuguesa da *Crónica de Castilla* foram escritos no tempo de Fernando IV, portanto entre 1295 e 1212. Cf. Miranda, José Carlos Ribeiro, “A Introdução à Versão Galego-Portuguesa da *Crónica de Castela* (A2a): Fontes e estratégias”, in *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, 2009, pp. 61-97. Disponível em *Guarecer on-line* (<http://www.seminariomedieval.com>).

⁴³ Após o que “...estive a terra sen rey grandes tempos”, Lorenzo, Ramón (ed), *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. I, Orense, Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo, 1975, pp. 900-903.

Excluindo desta nossa apreciação outros textos ligeiramente mais tardios onde um “rei Ramiro” volta a ser personagem de relevo, entre os quais o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, já que se situam em ambientes semânticos próprios e diferentes, chamamos a atenção para esta convergência entre dois escritos que aparentemente pouco mais têm em comum, e aos quais até agora não tem sido conferido qualquer interesse particular, até por se tratar, num caso, de um livro genealógico e, noutra caso, de uma breve introdução a uma tradução cronística. Tal convergência pode ser enunciada do seguinte modo: Entre o último terço do séc. XIII e os inícios do séc. XIV, meios activos no Ocidente peninsular, fazendo uso de uma língua que durante décadas fora usada essencialmente pelos trovadores, promovem a figura de Ramiro I, associando-a, por um lado, a vitórias decisivas sobre o poder muçulmano levadas a cabo com o auxílio de Santiago e, por outro, à fundação e povoamento de importantes espaços como a “vila de Leom” e, como veremos, a cidade de Burgos. Ou seja, o rei Ramiro, primeiro deste nome, é evocado na condição de iniciador da recuperação da terra, num período anterior à fundação do reino de Leão e do condado de Castela.

As afinidades entre estes dois escritos galego-portugueses tornam-se ainda mais flagrantes se for tido em atenção que as fontes por eles usadas, directa ou indirectamente, parecem ser as mesmas, embora as informações que delas extraem só parcialmente sejam concordantes. Tivemos já a oportunidade de indicar noutra lugar que o *Livro Velho de Linhagens* conhece o *Liber Regum* e a ele vai buscar personagens, fórmulas redaccionais e, sobretudo, o modelo de uma obra de carácter essencialmente genealógico⁴⁴. Por seu lado, A2a transcreve literalmente uma porção do *Liber Regum* usando para isso uma versão próxima da original navarra semelhante àquela cujo conhecimento se detecta no *Livro Velho*⁴⁵.

O velho livro genealógico português não dá mostras de conhecer directamente o *Privilegio de los Votos*, ao contrário de A2a que dele faz um resumo convincente. Mas, para além da menção à ajuda de Santiago e respectivo pagamento, a apropriação da figura de Ramiro I como herói da *Lenda de Gaia* só se entende tendo como pano de fundo o episódio guerreiro de Clavijo. Pelo menos, é desconhecida qualquer outra tradição em que este rei

⁴⁴ Cf. Miranda, José Carlos Ribeiro, “Do Liber Regum ao Livro Velho de Linhagens”, em curso de publicação nas actas do II Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios Medievales y Renascentistas (SEMYR), San Millán de la Cogolla, 10.-13 de Setembro de 2008 (disponível em http://www.seminariomedieval.com/MIRANDA_DO_LR_aoLVL%5B1%5D.pdf).

⁴⁵ Cf. Miranda, “A Introdução...”

asturiano desempenhe o papel de libertador que a vetusta estória portuguesa lhe confere.

Por último, os textos galego-portugueses comportam algumas informações localizadas, mas muito precisas, que nos parece terem origem em anais de matéria castelhana⁴⁶:

AC:

...Populavit Ordonius Rex Legionensem Civitatem
...Populavit Rodericus Comes Amajam per mandatum Regis Ordonii
...Populavit Burgos Didacus Comes per mandatum Regis Alfonsi

A2a:

...Dom Ramyro...[dom Ordoño]...que pobrou Leom
...pobrou o conde D. Diego Burgos
...pobrou o conde D. Rodrigo Amaya per mādado de rrey Dom Ordono

LV:

...Dom Ordonho... pobrou a vila de Leom
...el conde Dom Diogo que pobrou Burgos

Embora se esteja, no caso do *Livro Velho*, perante indicações diminutas e escassas, que quase passam despercebidas, a sua consistência com outras mais extensas que se encontram em A2a levam-nos a assumir como muito provável que os dois textos ocidentais tenham maneado, ou pelo menos, conhecido, exactamente as mesmas fontes analísticas de matéria castelhana. Estas fontes devem assim juntar-se ao *Liber Regum* e ao texto do *Privilegio de los Votos*, de novo mais intensamente usados pela *Introdução à Crónica de Castela (A2a)* e de um modo mais pontual (ou de forma indirecta, no caso do *Privilégio*), pelo livro genealógico português.

Nos dois primeiros casos, trata-se de fontes típicas do ambiente castelhano, indicadores de uma atitude favorável à representação da História que se vinha produzindo desde o séc. XII em Castela, promovida certamente pelos grupos sociais dominantes nesse território. Ora, tal facto parece ser de algum modo contraditório com a convocação insistentemente feita de um rei Ramiro que à partida nos habituamos a associar à tradição leonesa. Mas serão os mencionados textos ocidentais pró-leoneses?

No tocante a A2a, já noutro lugar mostrámos que uma lista de reis que começa em Pelayo e termina em Afonso, o Casto, após o que se considera a dinastia dos reis asturianos descontinuada para que a narrativa prossiga através

⁴⁶ No caso de A2a isso não oferece dúvidas, já que este texto reporta uma breve narrativa sobre um acontecimento astral ocorrido em 939 cuja fonte é o conjunto chamado *Anais Compostelanos* (cf. Miranda, "Introdução...", pp. 74-75), que designaremos pela sigla AC. Serão, a par do *Cronicon Burgense*, os mais recentes anais de matéria castelhana (cf. Bautista, "Breve historiografía...", pp. 149).

dos Juízes de Castela, não pode deixar lugar a dúvidas quanto ao sentido que encerra que é, no fundamental, o da sua fonte principal, o *Liber Regum*. E esse sentido é profundamente pró-castelhano e anti-leonês, e nem a inserção um tanto insólita — mas não menos do que outras manipulações a que nos temos vindo a referir, nomeadamente a que foi efectuada por Gonzalo de Berceo — de Ramiro I, vencedor de Clavijo, e do seu filho Ordonho, imediatamente antes de Afonso, o Casto, vem perturbar esse sentido. Quando muito, testemunha um processo de apropriação do patrocínio de Santiago sobre as Espanhas diferente dos outros que já mencionámos. Muito menos se pode considerar tal inserção um disparate ou um mero acaso, como alguns estudiosos por vezes se inclinaram a pensar⁴⁷, sobretudo quando nos apercebemos que está de acordo com um conjunto de escolhas que haviam já sido antes feitas pelo *Livro Velho de Linhagens*, realizadas com base nas mesmas fontes.

Por seu lado, será o *Livro Velho de Linhagens* uma obra pró-leonesa, ou que vai buscar um princípio de legitimidade à dinastia leonesa, ou que de algum modo retoma a herança dos godos com esta identificada? É questão que vale a pena ponderar para arredar equívocos. Como vimos, o rei Ramiro é das Astúrias, não ainda de Leão. É o Ramiro de Clavijo, o que significa que é o primeiro a recusar-se a pagar o tributo das donzelas aos mouros. É aquele que rompe uma tradição de submissão que caracterizava os reis seus antecessores e se propõe substituir o mouro no senhorio da terra. Mas, tendo em atenção o que é narrado na *Lenda de Gaia*, onde se retoma o mencionado enredo tecido em torno da figura do rei Salomão, o mouro dá-lhe luta e, num acto de força, apodera-se da sua mesma mulher. Talvez o contexto de Clavijo actuando como pano de fundo ajude a entender melhor por que razão um rei mouro rapta uma mulher que, ao contrário do que é habitual nas adaptações deste conto, não pertence ao seu mundo, mas sim ao do seu adversário⁴⁸.

Ramiro irá vencer a contenda, conseguindo matar o mouro e reaver a sua mulher, mas não por muito tempo. Na realidade, de acordo com a tradição do conto de Salomão, mas um pouco contra as expectativas criadas pela narrativa, a mulher escolhe o lado do raptor, o que ditará a sua morte. É aqui que se torna

⁴⁷ Cf. Cintra, Luís Filipe de Lindley, “Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do *Liber Regum*”, *Bulletin Hispanique*, LII, n.ºs 1-2, pp. 27-40; Catalán, *De Alfonso X...*, p. 307.

⁴⁸ Não pode passar despercebida a afinidade deste conjunto narrativo, formado pela lenda do tributo das donzelas e pela recuperação da mulher raptada por parte de um herói engenhoso, da narrativa tristaniana que circulava em verso desde o séc. XII. Argumentos nesse sentido foram já aduzidos por Ferreira, Maria do Rosário, “Outros Mundos, Outras Fronteiras: Ramiro, Tristão e a divisão da terra de Espanha”, in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – As relações de Fronteira no Século de Alcañices*, publicadas na *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. XV, t. 2, Porto, 1998, pp. 1567-1579.

necessário notar que o rei Ramiro não está só na chefia desta empresa, embora Salomão normalmente estivesse. Tem junto a si o filho, exactamente aquele que virá a fundar a cidade de Leão, a quem será confiado o fatal papel de sentenciar à morte a própria mãe.

Ora, por uma ofensa de um filho contra a sua mãe muito menos gravosa do que aquela que se perfila no horizonte esteve D. Afonso Henriques em vias de perder o reino de Portugal, tal como é narrado na *Primeira Crónica Portuguesa* redigida em época próxima. A falta de Ordonho, o legítimo sucessor de Ramiro, — talvez seja melhor dizer “o pecado de Ordonho” — ali fica, em suspenso, mas não carente de um sentido implícito. Anos mais tarde, o Conde D. Pedro não hesitará em considerar como punição por essa crueza de Ordonho contra a mãe exactamente a rebelião castelhana que ditará a eleição dos Juizes de Castela⁴⁹. Ou seja, se Ramiro é o libertador, a sua prole legítima encontra-se definitivamente manchada pelo pecado e pelo sangue.

É neste contexto que Ramiro toma uma nova mulher, moura pelo que o texto deixa entender, formando um par cujos descendentes serão os fidalgos da Maia. Um pouco à semelhança do que sucederá com Mudarra, o bastardo que irá redimir a linhagem de Salas e de Lara, também aqui Alboazar Ramirez e os fidalgos da Maia surgirão como o ramo bastardo-legitimado, mas impoluto, que cresce junto ao ramo mais poderoso, mas inapelavelmente menos virtuoso, donde sairão os reis de Leão⁵⁰.

É certo que não encontramos em A2a nenhuma referência que remeta para a *Lenda de Gaia* ou para o *Livro Velho de Linhagens*. Mas a anómala inserção de Ramiro I nesse texto, com a explícita menção à recusa do tributo das donzelas e a consequente batalha de Clavijo, e ainda a desnecessária presença de Ordonho, cuja função nem mesmo é fundar Leão, acto que fora atribuído ao pai, oferecem uma sintonia flagrante com o velho livro genealógico português que indica conhecimento e, de alguma forma, aceitação dos pressupostos legitimatórios em que se havia fundado a estrutura desse livro.

Que significado haverá que atribuir a este conjunto de dados apurados? A nosso ver, torna-se patente que o uso de fontes castelhanas para a redacção de textos altamente significativos do ponto de vista da concretização de uma ideologia aristocrática na área galego-portuguesa é revelador de que os meios

⁴⁹ Ferreira, Maria do Rosário, “Entre linhagens e Imagens: A escrita do Conde de Barcelos”, aguarda publicação nas actas do Segundo Congreso de la Sociedad de Estudios Medievales y Renacentistas (SEMYR), San Millán de la Cogolla, Setembro de 2008 http://seminariomedieval.com/outras_pub_online/FERREIRA%20conde.pdf

⁵⁰ Cf. Ferreira, “Entre linhagens...”.

que os promoveram⁵¹ sentiam notórias afinidades com círculos aristocráticos castelhanos igualmente dedicados à empresa da escrita historiográfica.

Mais ainda, esse sector da nobreza ocidental não apenas era castelhanizante por solidariedade com o conjunto da aristocracia ibérica, como se reconhecia no fundamental da representação do passado que era feita na área castelhana. Daí a tremenda fortuna que o *Liber Regum* teve nos meios galego-portugueses. Mas tal não significa que esses meios se pudessem apropriar das personagens históricas mais emblemáticas do imaginário histórico castelhano — como os Juizes de Castela, o Conde Fernán González, o Cid ou rei Fernando Magno — para neles enraizar um passado legitimador sem com isso correr um sério risco de perda de identidade e de autonomia.

Como afirmámos inicialmente, a única ideologia legitimatória que emergiu do espaço português desde o séc. XII assentou na figura do conquistador de Toledo e nos direitos adquiridos pelos seus descendentes, entre os quais Dona Teresa, após uma tácita repartição dos senhorios reunidos sob a sua coroa, para a qual era reclamada uma dimensão imperial. O *Livro de Linhagens do Deão*, embora já escrito em pleno séc. XIV, apoia-se ainda quase exclusivamente nessa ideia⁵². Todavia, na segunda metade do séc XIII, em meios afectos à corte régia portuguesa redige-se um texto intensamente persuasivo, a *Primeira Crónica Portuguesa*, propondo um princípio legitimatório do poder territorial da monarquia deste reino em completa rotura com essa tradição, já que fazia decorrer a soberania em Portugal dos direitos de conquista de um homem, o Conde D. Henrique, e subsequente aprofundamento desse direito pela acção militar do seu filho, Afonso Henriques⁵³.

Para a facção da nobreza que se afastara da casa reinante portuguesa, tornou-se nessa altura imperioso dar corpo e letra a uma memória própria e procurar um antepassado — uma figura mais heráldica do que histórica — cujo vulto fosse anterior e superior ao dos alegados fundadores da dinastia reinante em Portugal, tal como a corte inglesa havia feito com Brutos, o bisneto de

⁵¹ Assume-se como muito provável que o *Livro Velho de Linhagens* tenha sido escrito por iniciativa dos Riba-de-Vizela, herdeiros próximos, embora por via feminina, da já extinta casa da Maia (cf. Mattoso/Piel, *Livros velhos*, p. 14; Krus, “Passado...”, pp. 197-207). Recorde-se que Gil Martins, o chefe da linhagem, rompe politicamente em 1264 com Afonso III, de quem era mordomo-mor, abandonando o reino e acolhendo-se a Castela. O filho mais velho, Martin Gil, havia entretanto casado com Mília André, da poderosa linhagem castelhana e leonesa dos Castro, voltando ao reino apenas após a morte do bolonhês. Sobre a autoria de A2a e do conjunto da tradução da *Crónica de Castela*, remetemos para Miranda, “A Introdução...”, pp. 90-92.

⁵² O prólogo deste livro considera que foi no tempo de Afonso VI, “rei que reinou longamente” (Mattoso/Piel, *Livros Velhos...*, p. 61), que se constituiu a nobreza portuguesa.

⁵³ Cf. Miranda, “Na Génese...”.

Eneias, para o contrapor à legitimidade carolíngia dos reis de França⁵⁴. Esse antepassado chamou-se Ramiro, o das Astúrias e de Clavijo, o único que podia assegurar uma antiguidade ancestral, a necessária independência perante os heróis ibéricos já canonizados pelas narrativas e ainda o apoio divino propiciado por Santiago, afinal aquilo que unia a Espanha cristã na sua diversidade.

⁵⁴ Ver Boutet, Dominique, *Charlemagne et Arthur ou le roi imaginaire*, Paris/Genève, Champion/Slatkine, 1992.